

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR ALEXANDRE POSTAL

Órgão auditado: Executivo Municipal de Mato Queimado
Tipo: Esclarecimentos
Período Examinado: 2017
Processo: 5534-0200/17-8

ORLANDO THOMAS, Administrador do Poder Executivo Municipal de Mato Queimado, no exercício do ano de 2017, vem, perante este egrégio Tribunal de Contas, por intermédio de seu procurador infra-assinado, na forma do inciso IV do art. 12 do Regimento Interno dessa Corte, no devido tempo, apresentar **ESCLARECIMENTOS**, nos termos que seguem:

Dos Esclarecimentos**Dos Fatos**

A equipe de auditoria nos autos do processo em questão apontou a irregularidade que segue:

10. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os documentos que devem integrar as contas anuais do Executivo Municipal estão regulados na Resolução TCE/R nº1052/2015.

10.1 DOS DOCUMENTOS

Passa-se a analisar a documentação referente à Prestação de Contas, no tocante à entrega e ao conteúdo dos seguintes documentos:

Resolução nº 1.052/2015 – art. 2º, inciso III, alíneas:	Entrega	Conformidade
Demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, se houver, relativas ao exercício anterior, as quais serão geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD	SIM	NÃO

Quanto à Entrega

Constata-se o atendimento ao disposto no art. 2º, inciso III e alíneas da Resolução TCE/RS nº 1052/2015, no que diz respeito ao envio de todos os documentos exigidos para a prestação de contas anual do Executivo Municipal.

Quanto à Conformidade

O exame acerca da documentação enviada pela Auditada evidencia as seguintes irregularidades:

- Alínea “c” - Das demonstrações contábeis da administração direta, das autarquias, das fundações e das empresas estatais dependentes, previstas no art. 2º, inciso III, alínea “c” da Resolução nº 1.052/2015.

Constatarem-se inconsistências nas informações contábeis utilizadas para elaboração do Balanço Patrimonial (peça 833170), tendo em vista que os saldos iniciais de algumas contas, no exercício de 2017, estão diferentes dos saldos apresentados no encerramento do exercício de 2016, bem como ocorreram alterações de códigos de várias contas, conforme consulta ao SIAPC acostada à peça 1230524. Tais situações

evidenciam a realização de lançamentos contábeis posteriores ao encerramento do exercício, demonstrando não atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

12. CONCLUSÃO

Do presente Relatório, salienta-se a existência de irregularidade passível de ser esclarecida, quanto ao seguinte tópico:

- Item 10.1 – Dos Documentos da Prestação de Contas - Quanto à Não Conformidade – Demonstrações Contábeis - alínea “c”, inc. III, art. 2º da Resolução TCE/RS nº 1052/2015.

Em que pese a conclusão a que chegou a equipe de auditoria, a qual merece ser respeitada, não merece a mesma prosperar, pelo fatos e fundamentos que adiante seguem:

Do Direito

Inicialmente, cumpre destacar que de todos os itens auferidos pela auditoria para composição do seu relatório somente o presente item foi objeto de aponte, fato que demonstra uma gestão eficiente e correta do gestor ora interessado.

Com relação ao apontado pela auditoria do TCE/RS nos autos do processo de contas de Governo do ano de 2017, cabe justificar que foram reorganizadas as contas dentro dos grupos de contas créditos a receber, dívida ativa curto prazo e dívida ativa longo prazo. Dessa forma algumas contas quando do término do exercício de 2016 estavam com saldo, e na abertura do exercício de 2017, os saldos já foram implantados nas contas após adequação, para assim, iniciar o exercício já com seus grupos de conta melhor organizados.

Sendo assim, segue o quadro abaixo com a adequação realizada.

Conta 2016	Descrição	Saldo 2016	Conta 2017	Descrição	Saldo 2017
11211030 00200000 0000	Contribuição Melhoria	28.134,97	11211030101000000000	Contribuição Melhoria	28.134,97
11211040 00102000 0000	Fornecimento de água	5.806,46	11211040201020000000	Fornecimento de Água	5.806,46
11211040 00104000 0000	Serviço Hora máquina	14.123,60	11211040201040000000	Serviço Hora Máquina	14.123,60
12111059 90009000 0000	Adubo do Exercício	267.312,00	11211040201050000000	Adubo do Exercício	267.312,00
11261000 00100000 0000	Dívida Prov. De Água	2.147,00	11261010009010000000	Dívida Prov. De Água	2.147,00
11261000 00200000	Contrib. do Servidor para o	173,07	11261010009020000000	Contrib. do Servidor para o	173,07

0000	Plano de Previdência			Plano de Previdência	
11261000 01003000 00000	Dívida Calcáreo	137,50	11261010010050000000	Dívida Calcáreo	137,50
11261000 01005000 00000	Dívida Adubo 2012	245,50	11261010010050000000	Dívida Adubo 2012	245,50
11261000 01006000 00000	Dívida Adubo 2013	746,20	11261010010060000000	Dívida Adubo 2012	746,20
11261000 01007000 00000	Dívida Troca Milho (F)	613,98	11261010010070000000	Dívida Troca Milho (F)	613,98
11261000 01008000 00000	Dívida Adubo 2014	422,00	11261010010080000000	Dívida Adubo 2014	422,00

Como o ajuste das contas nos grupos de contas foi realizada quando do término do exercício 2016 e início do exercício de 2017, o saldo da conta 2371102 Superávit ou Déficit de Exercícios Anteriores ficou com seu saldo modificado.

Dos Pedidos

Diante de todo o exposto, requer-se:

- a) o recebimento dos presentes esclarecimentos, uma vez que apresentados tempestivamente;
- b) a emissão de parecer favorável as contas do gestor Orlando Thomas;
- c) a não interposição de penalidade pecuniária em desfavor do gestor.

Nestes termos,
Pede-se deferimento.

Porto Alegre, 20 de julho de 2018.

pp.
Brunno Bossle
OAB/RS nº 92.802

pp.
Daniel Dias Ribeiro
OAB/RS nº 111.423